

Dívida pode cair em US\$ 41 bilhões

WASHINGTON — O Brasil deverá ser um dos primeiros países a entrar no programa de redução da dívida, ainda neste ano, e tentará cortar, até 1991, US\$ 41 bilhões do total de US\$ 82 bilhões que deve aos bancos comerciais.

O ministro da fazenda Mailson da Nóbrega, afirmou ontem, no saguão do FMI, cercado pela imprensa mundial, que os secretários do Tesouro norte-americano, Nicholas Brady, autor do plano de redução da dívida, "disse, claramente, que o Brasil deveria ser um dos primeiros..."

"Deveria ser, ministro? Ou será?", perguntou um repórter.

"Quando falei deveria, quis dizer deverá ser. O Brasil deve estar na top list (no alto da lista)".

O ministro Mailson da Nóbrega foi recebido pelo secretário Brady no prédio do FMI, na manhã de ontem. "Estou feliz em vê-lo aqui", ele disse. "O sr. deu uma boa contribuição em todo esse trabalho de discussão da dívida do Terceiro Mundo."

Pouco antes de a porta ser fechada, o secretário Brady ainda comentou: "Agora é hora de trabalharmos em transações concretas". Mailson gostou do encontro. Cercado pela imprensa internacional, que o persegue como uma das maiores estrelas da reunião do FMI e do Banco Mundial, ele descartou uma cifra que lhe gritavam:

"Vinte por cento, ministro?"

"Não temos compromisso

com nenhuma cifra, com nenhuma porcentagem. A nossa idéia é a de começar a trabalhar, imediatamente, com o objetivo de encontrar mecanismos para a redução rápida da dívida ainda este ano."

O ministro preferiu ser genérico, indicando que pretendia uma redução de "grande magnitude", ou, então, "o máximo que for possível". Mais tarde, ele acrescentou: "O Brasil acha que há espaço dentro do esquema de redução da dívida para situar nosso endividamento externo, em três anos, na metade do que ele é hoje", ou seja, US\$ 41 bilhões.

Mailson não discutiu o Plano Verão com o secretário Brady. "Fiz apenas uma exposição genérica sobre o esforço que o País está desenvolvendo para reduzir os desequilíbrios de sua economia." Ele não quis falar, ontem, de um outro assunto que o ocupou bastante, anteontem: compartilhar com o Congresso parte da culpa pelos "insucessos econômicos".

A redução da dívida, segundo o ministro, usará outros mecanismos além dos previstos pelo acordo do Brasil com seus credores comerciais, de 1988, e que são considerados avançados. "O que pretendemos fazer este ano é algo mais do que nosso acordo permite, algo substancial dentro da linha que vem sendo discutida, aqui, no G-7 (o grupo dos sete países não-comunistas mais ricos do mundo)." O ministro informou que o G-8 (o grupo dos oito maiores devedo-



Mailson no FMI: "É crucial que novas esperanças não venham a gerar frustrações"

res latino-americanos, que atualmente são sete, com a suspensão do Panamá) vai se reunir em Brasília, no final do mês, e em Caracas, no começo de junho, para discutir o que já tiver sido feito no processo de redução da dívida.

Mailson disse ainda, que "o Brasil vai trabalhar para que possa obter os primeiros resultados do programa de redução

da dívida no segundo semestre". A sua primeira reação ao endosso dos países mais ricos do mundo ao Plano Brady, anteontem, foi cautelosa: "Ainda não li o comunicado final, mas até onde sei, à parte algumas dúvidas sobre a redução do serviço da dívida (feitas por países europeus), houve um apoio geral. Um bom passo".

NOVAS ESPERANÇAS
No discurso ao comitê inte-

rino, na manhã de ontem, o ministro apresentou um balanço do programa de ajustamento executado no Brasil. "Quais os principais resultados desse programa?", ele perguntou, respondendo: "Desejo limitar-me a dois, em particular. As medidas fiscais permitiram reduzir o déficit público de um potencial de 8% do PIB, estimado no início do ano passado, para menos de 4%. Na área externa, foi possí-

vel alcançar em 1988 um novo recorde na balança comercial: as exportações aumentaram 29%, permitindo um superávit de US\$ 19 bilhões". E ele ainda acrescentou, sobre o Plano Verão: "Os primeiros resultados do programa foram encorajadores. A inflação baixou drasticamente. Deveremos manter e reforçar o nosso programa de ajustamento sempre que necessário".

Num segundo discurso, ele criticou a comunidade financeira internacional. "Por não responder aos nossos esforços. Os desembolsos dos bancos privados para o Brasil se destinaram até agora apenas ao pagamento dos atrasados acumulados até 1987." O ministro advertiu: "A presente situação é insuportável. É também inaceitável. Não traz, ademais, incentivo à manutenção do caminho que escolhemos. A produção de superávits substantivos não pode ser mantida, pois leva a utilizar os recursos para o serviço da dívida em vez do seu uso para o aumento de importações necessárias à modernização de nossas indústrias e melhoria da eficiência e competitividade da nossa economia".

O ministro Mailson da Nóbrega concluiu seu segundo discurso com um apoio: "Novas idéias despertam novas esperanças. Elas precisam ser traduzidas em ação imediata. É crucial que essas novas esperanças não venham a gerar novas frustrações".